

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**“O deputado do chapéu”: a liderança de “Luiz Vila Nova” nos conflitos de terra na
Amazônia maranhense nos anos de 1980 e 1990.**

Roberval Amaral Neto¹

RESUMO: O artigo analisa a liderança do camponês Luiz Soares Filho, o “Vila Nova”, durante os anos finais da Ditadura Militar brasileira (1964 a 1985) até meados da década de 1990, durante os conflitos fundiários provocados pela “Lei Sarney de Terras” na Amazônia maranhense. Durante aqueles conflitos no campo, a liderança de Vila Nova foi fundamental para a demarcação e titulação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), das terras devolutas do estado situadas ao longo das rodovias estaduais e federais. Fato esse que levou à criação, no atual município de Buriticupu, do maior assentamento de sem-terra do Maranhão. Toda essa luta, contudo, foi marcada por numerosos conflitos sociais e políticos, envolvendo autoridades municipais e estaduais dos três poderes do Estado. Conflitos esses que mobilizaram dezenas de milhares de trabalhadores rurais, o que levou à criação da resistência camponesa naquela parte do Maranhão, e levou os governadores Edson Lobão (1990 a 1994) e Roseana Sarney (1995 a 2002) a atenderem as reivindicações camponesas: a criação de assentamentos de sem-terra nos municípios de Buriticupu e Santa Luzia do Tide. Nessas lutas, de todas as lideranças camponesas que delas participaram, o maior destaque ficou com Vila Nova, fato que o levou a sofrer três atentados contra sua vida. Felizmente, os pistoleiros não eram bons no que faziam! Por sua atuação e prestígio nesses acontecimentos, foi eleito duas vezes deputado estadual, sempre participando das seções na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) de chapéu de palha, fato que provocou muitas controvérsias e dilemas naquela casa legislativa, o que lhe valeu a alcunha de “deputado do chapéu”. Por opção própria, não disputa mais cargos eletivos, embora continuei firme na luta na cidade onde mora, Buriticupu, em prol dos menos favorecidos e pelas causas democráticas e populares, as quais sempre encontraram em Vila Nova fiel depositário, seja na militância social, sindical ou política. Questões essas que, atualmente, são debatidas e questionadas por Vila Nova no Movimento das Comunidades Populares (MCP), do

¹ Doutorando em História Social, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação do Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes. Professor de História do IFMA. E-mail: robervalamaralneto2@gmail.com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

qual é membro atuante no Maranhão. Recentemente, em 2019, publicou sua biografia: Luiz Vila Nova: memórias da vida e da luta de um militante. Ele está com 75 anos... Continua firme na luta!

Palavras-chaves: Luiz Vila Nova. Conflitos de terra. Resistência camponesa.

ABSTRACT: The article analyzes the leadership of the peasant Luiz Soares Filho, the “Vila Nova”, during the final years of the Brazilian Military Dictatorship (1964 to 1985) until the mid-1990s, during the land conflicts provoked by the “Sarney de Terras Law ” in the Amazon region of Maranhão. During those conflicts in the countryside, Vila Nova's leadership was instrumental in the demarcation and titling, by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and the Maranhão Land Institute (ITERMA), of the state's vacant lands along the highways state and federal. This fact led to the creation, in the current municipality of Buriticupu, of the largest landless settlement in Maranhão. This entire struggle, however, was marked by numerous social and political conflicts, involving municipal and state authorities from the three branches of government. These conflicts mobilized tens of thousands of rural workers, which led to the creation of peasant resistance in that part of Maranhão, and led governors Edson Lobão (1990 to 1994) and Roseana Sarney (1995 to 2002) to respond to peasant demands: a creation of landless settlements in the municipalities of Buriticupu and Santa Luzia do Tide. In these fights, of all the peasant leaders who participated in them, Vila Nova stood out, a fact that led to three attempts on his life. Fortunately, the gunslingers weren't good at what they did! Due to his performance and prestige in these events, he was twice elected state deputy, always participating in sections of the Legislative Assembly of Maranhão (ALEMA) wearing a straw hat, a fact that caused many controversies and dilemmas in that legislative house, earning him the nickname of "deputy hat". By choice, he no longer disputes elective positions, although I continued to fight in the city where he lives, Buriticupu, in favor of the less favored and for democratic and popular causes, which they have always found faithful in Vila Nova, whether in social militancy or unions or politics. These issues are currently debated and questioned by Vila Nova in the Popular Communities Movement (MCP), of which he is an active member in Maranhão. Recently, in 2019, he published his biography: Luiz Vila Nova: memories of the life and struggle of a militant. He's 75 years old... He's still strong in the fight!

Keywords: Luiz Vila Nova. Land conflicts. Peasant resistance.

1 Primeiras palavras

Ô Jesus Onipotente/ dai-me santa inspiração, / pra versar uma história/ eu peço licença então, / do sofrimento dos pobres/ a grande perseguição.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Uma cancela bem feita/ nunca se viu outra assim, / com um vigia de um lado/ pra nem ir e nem vir, / e-os morões da cancela/ numa grossura sem fim (Romance de Idalina Alves Gomes. Povoado Arapari, 1983, p. 1, 4).

Era mais um dia quente em Buriticupu. O deputado Luiz Soares Filho, mais conhecido como Vila Nova, em 25 de fevereiro de 1991, caminhava apressado pela avenida principal de daquela cidade. Ele estava usando roupas simples, calça e camisa de tecido de algodão. Também usava um óculos escuro, talvez para quebrar o sol abrasador daquela cidade, e trazia à mão uma pequena pasta. Dois homens bem-vestidos se aproximaram dele... Eram agentes federais que estavam na cidade investigando o crime organizado na fronteira Maranhão-Pará. Eles não sabiam quem era aquele homem do povo que andava pela rua. Quando o abordaram, solicitaram primeiramente os documentos; em seguida, pediram que ele abrisse a pasta que estava em suas mãos. Dentro dela estava um revólver calibre 38 – Vila Nova estava jurado de morte, pelos grileiros daquela região. Os federais ao analisarem aquela documentação, viram que ele era deputado estadual, os quais reprenderam enfaticamente Vila Nova “– Você é o culpado. Deputado não anda desse jeito! Disse um deles”. Vila Nova, como de costume nesse tipo de situação, respondeu atravessado. “Lá existe jeito certo de deputado andar?!” Os policiais pediram desculpas e seguiram em direção oposta à do deputado (VILA NOVA, 2019, p. 142).

Para entendermos um pouco a personalidade desse líder popular, que foi deputado estadual do Maranhão por duas legislaturas consecutivas, precisamos fazer um prevê recuo no tempo...

A criança Luiz Soares Filho, nasceu em Amarante do Piauí, em 1945. O seu pai, Luiz Severino da Silva, morreu quando ele ainda estava na barriga da mãe, que se chamava Marina Soares da Cruz. Como todo filho de trabalhadores rurais, passou muitas dificuldades econômicas na vida, o que nunca lhe tirou o sorriso e alegria do rosto, marca de sua personalidade. Viveu na cidade onde nasceu até os 32 anos, onde o seu apelido era “Fiscal” ou “Fiscal de Marina”. O apelido foi dado pela própria mãe. Desde novo combateu as injustiças, no campo e na cidade, ao lado dos setores progressista da Igreja Católica. Entrou para a Juventude Agrária Católica (JAC) aos 16 anos, engajamento esse fundamental para a sua formação, cuja trajetória o levou a ser eleito delegado sindical, como representante de Amarante do Piauí, junto à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí (FETAG/PI). A militância sindical tomava quase todo o seu tempo, sendo uma das causas de sua separação com a primeira

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esposa, em 1976. Três anos depois, se casou novamente, daí deixou Amarante do Piauí e foi morar com sua família em Imperatriz, no estado do Maranhão.

Quando chegou na nova cidade, foi morar no bairro chamado Vila Nova. Foi aí que recebeu o nome social que o acompanhou pelo resto de sua vida. Ao começar a nova vida, ganhou de presente do Pe. Jorge, pároco da cidade de Esperantinópolis – cidade onde morava sua esposa Laura e onde ocorreu a segunda cerimônia de casamento de Vila Nova –, nove mil cruzeiros. De acordo com Vila Nova, “Na época era suficiente para comprar uma casinha modesta. Abrir uma conta corrente no banco e depositei o dinheiro, mas não sabia que tinha que aplicar! Passados quase quatro anos, fui retirar o dinheiro” (*Ibid.*, p. 37). Dinheiro parado em conta corrente, em tempos de inflação alta, o que acontece?! O dinheiro perde seu valor monetário. “Na época, também não sabia que o dinheiro se desvalorizava. Como a gente tinha muita criança, a intenção era que o dinheiro só seria usado no caso de alguma doença, já que em Imperatriz a gente não tinha a quem recorrer” (*Ibid.*).

Paralelo à luta pela sobrevivência, trabalhando como pedreiro, Vila Nova se engajou às causas sociais e políticas de Imperatriz. “Aos poucos, fui me aproximando do frei Rogério e da irmã Gertrude, que tinha uma boa atuação na luta pela terra. Ela fazia seminário para os lavradores. Foi aí que me encontrei com vários amigos que tinham fugido de Esperantinópolis por causa da repressão da polícia do João Castelo” (*Ibid.* p. 42). Nessa época, João Castelo era governador do Maranhão, eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA). “A coisa se encaixou. Passei a participar assiduamente das atividades da Igreja Católica, no meio rural e urbano. Após um ano morando no bairro Vila Nova, formamos a Pastoral da Família” (*Ibid.*). As reuniões aconteciam nas casas uns dos outros. “O grupo era formado por oito casais. Discutíamos os problemas da comunidade, bebendo refrigerante e comendo bolo na casa do casal que recebia o grupo” (*Ibid.*).

Em 1979, os moradores do bairro Vila Nova organizaram uma passeata para reivindicar a instalação de escolas públicas nesse bairro. “Às 7 horas da manhã do dia 8 de junho, partiu a passeata da porta da Igreja Católica do bairro, cantando durante duas horas. Caminhamos mais de quatro quilômetros” (*Ibid.* p. 44).

Quando chegaram na prefeitura, “a companheirada começou a subir no banco da praça e fazer discursos, esclarecendo a população sobre as razões que nos levaram a querer falar com o prefeito. Logo um assessor chegou e nos pediu que criássemos uma comissão de oito pessoas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Formamos a comissão” (*Ibid.*). Ao entrar “no gabinete do prefeito entregamos o documento com todas as reivindicações e o levantamento completo do número de famílias residentes no bairro e número de crianças em idade de estudo. Pedimos urgência no caso da escola” (*Ibid.*).

Na maior cordialidade, o prefeito Carlos Gomes Amorim mandou “servir um cafezinho para a comissão das oito pessoas. De repente, “um funcionário da Prefeitura subiu no banco da praça. A companheirada bateu palma achando que o sujeito ia apoiar a luta. Ele disse: – ‘Bando de vagabundos, vão trabalhar!’ Ele não fechou a boca. A turma entrou atrás. Aí não deu outra, os opositores do prefeito começaram a quebrar tudo” (*Ibid.*). Assim que iniciou o quebra-quebra, “um funcionário bateu na porta do gabinete e gritou: – ‘Doutor, invadiram a prefeitura e estão quebrando tudo’. No gabinete tinha uma janela que dava acesso aos fundos do prédio. O prefeito pulou a janela e o muro, e sumiu! (*Ibid.*) Ele se mostrou um exímio saltador e corredor, um guepardo pedia feio para ele.

Assim que a comissão desceu as escadarias da prefeitura, viu um pelotão da Polícia Militar de prontidão. Uma pessoa olhou para Vila Nova e gritou: “Esse é o cabeça!”. “Os policiais me pegaram rapidamente nos braços e me jogaram dentro da viatura, me levaram para a delegacia. Laura, minha mulher presenciou o momento da prisão, correu e avisou a todos: – ‘levaram o Luiz pra cadeia agorinha!’ A delegacia era bem próxima e a multidão correu para lá” (*Ibid.*).

Em frente à delegacia, uma multidão passou a gritar palavras de ordem. Do meio daquele povo, saíram dom Marcelino, então bispo de Carolina, padre Rogério e irmã Gertrude, ambos de Imperatriz. “O bispo pediu para falar com o delegado. Em frente à autoridade pediu para que me soltasse para evitar derramamento de sangue, pois o povo estava lá fora e estava enfurecido” (*Ibid.*).

No dia seguinte, o principal jornal da cidade, “O progresso”, trouxe como manchete: “O povo resgata Luiz da Vila Nova da cadeia” (1979, p. 1). Logo em seguida, passou a se chamar Luiz da Vila Nova e, em pouco tempo, “Vila Nova” ou “Vila”. Aquele acontecimento foi o batismo social de Vila Nova. Alguns dias depois, o governo municipal colocou à disposição daquele movimento popular as condições necessárias para a criação da escola pública, que passou a ser organizada pela associação dos moradores do bairro vila nova. “Uma grande vitória da luta, sem dúvida nenhuma. Em fevereiro do outro ano, o colégio já estava construído” (*Ibid.* p. 45).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2 Vila Nova e a luta pela terra em Santa Luzia do Tide e Buriticupu

2.1 A chegada...

O risco que corre o pau/ Corre o machado/ Não há o que temer/ Aquele que manda matar/ Também tem que morrer (Bis)/ Eu já tenho machado/ Falta só botar a cunha/ E fazer a moda gato/ Dar o tapa e esconder a unha/ Nós estamos em guerra/ Lado de lá já decretou/ Pois já pagou pistoleiros/ Pra matar trabalhador/ É a nossa proposta/ Pois a gente quer ganhar/ Se matarem um daqui/ Dez de lá vamos matar (VILA NOVA).

Quando Vila Nova foi abordado pelos federais, em 1991, por que ele causou tanta estranheza? Terá sido o chapéu de lavrador?! Se o deputado Vila Nova usasse um chapéu Stetson causaria a mesma estranheza? Ou foi o estereótipo de deputado que nunca se encaixou em Vila Nova? “Outras coisas, além do chapéu de palha, iriam incomodar bem mais” (*Ibid. loc., cit.*).

A aproximação de Vila Nova com o município de Santa Luzia e, mais especificamente, com Buriticupu – até 1994 esta cidade era uma vila daquele município –, ocorreu quando o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), do qual era membro atuante, resolveu criar, em 1983, uma comunidade autossustentável, de feições socialistas, na zona rural de Buriticupu. A comunidade Cantareira. “O local escolhido para a construção da comunidade ficava a seis quilômetros da BR 222, às margens do rio Pindaré. Era uma ocupação estratégica para se aproximar das terras do Pindaré” (*Ibid.*, p. 72).

Uma vez escolhido o lugar,

Tomamos a seguinte decisão:

- Vamos morar nessa área e formar uma pequena comunidade que possa exercitar uma experiência de vivência coletiva e servir de suporte à luta para a tomada da terra dos latifúndios da região.

Lá, faríamos todas as discussões e a estratégia da luta.

Conseguimos um pedaço de terra de aproximadamente duzentos e vinte hectares, prensado entre a fazenda Sombra e o rio Pindaré. Não tinha documento nenhum. A terra estava abandonada por um antigo posseiro, chamado Fogoió. Quem arrumou a terra para nós foi o advogado da CPT de Goiás, Osvaldo Alencar, e seu sócio, Neudson Claudino. Colocaram a terra à disposição para fazermos uma experiência de reforma agrária.

O grupo que se reuniu para construir a comunidade era composto por cinco famílias, dando um total de trinta e duas pessoas. Só na minha casa, éramos oito. Eu e Laura, mais os seis filhos. O mais velho tinha nove anos e o mais novo tinha um ano. Os outros companheiros tinham o mesmo tanto de filhos. Somente um era solteiro. Tinha

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mais de 30 anos de idade e era separado da mulher. Vivia com seu irmão, que participava do projeto (*Ibid.*, pp. 72-73).

Apareceram os primeiros problemas para a implantação de Cantareira. Com o isolamento da comunidade, como os seus moradores sobreviveriam? De onde viriam os víveres? Onde passariam as noites de chuva e o sol abrasador daquele lugar? Tomaram uma decisão tática. Primeiramente, apenas Vila Nova e sua esposa, Laura, seguiriam para Cantareira; antes, porém, o movimento Cursilho de Cristandade, da Igreja Católica de Imperatriz, “pagaram para brocar e derribar 20 linhas de roça” (*Ibid.*, p. 73). Enquanto não chegava o dia da partida, Vila Nova aproveitou “para ganhar algum dinheiro e deixar para os meninos comprar o que comer, enquanto vinha buscar todos para a nova morada” (*Ibid.* p. 73).

Nesse período, surgiu mais um cântico de luta pela reforma agrária, composto por Vila Nova.

OU NA LEI OU NA MARRA

Ou na lei ou na marra
Nós vamos conquistar
Uma reforma agrária
Pra poder nos libertar
[...]
Toda terra improdutivo
De dono ou da nação
Vamos todas ocupá-las
E fazer dar produção
Nós queremos usar a terra
É de maneira coletiva
E para fazer funcionar
Vamos criar cooperativas
[...].

Em 1º de novembro de 1983, Vila Nova e Laura foram para Cantareira. De acordo com Vila Nova, no dia seguinte, “pegamos as ferramentas e fomos andando pelo caminho da construção da linha de ferro de Carajás. Caminhamos seis quilômetros e atravessamos o rio Pindaré por cima dos paus caídos. Ao chegar, fomos construindo o barraco de lona que nos serviria para fazer o fogo e cozinhar. Ao anoitecer, voltamos para Nova Vida” – povoado que ficava à seis quilômetros de Cantareira (*Ibid.*, p. 76). No outro dia fazíamos tudo de novo. Foi assim até ficar pronto o barracão grande, de madeira, coberto de cavaco e tapado de madeira, para abrigar futuras reuniões, a nossa produção e ser a nossa morada com os filhos” (*Ibid.*). Após um mês de intenso serviço, Vila Nova e Laura foram buscar os filhos que ficaram em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Imperatriz. “No final de novembro, começamos a plantar arroz no seco. Como era mata virgem, não havia perseguição de rolinha para comer a semente. Eu e Laura plantávamos uma linha todo dia. Com vinte dias estava toda a roça plantada” (*Ibid.*).

Em abril de 1984, os outros moradores de Cantareira chegaram para a colheita do arroz. Era a consolidação da comunidade. “Não demorou muito e os companheiros se mudaram todos, trazendo os filhos. Ao todo éramos trinta e duas pessoas. O local de moradia precisava ter nome, pois já tinha cinco famílias. Decidimos botar o nome de Cantareira. Cantareira é um tripé enfiado no chão em que se assenta um pote (cântaro) com água fresca para matar a sede” (*Ibid.*).

Todo o trabalho, assim como o seu fruto, era coletivo. A plantação e colheita, a divisão e consumo dos produtos era socialmente dividido, conforme a necessidade de cada um. Era uma comunidade socialista. Para que as comunidades do entorno conhecessem como era a vida em Cantareira, ela resolveu fazer uma gincana e convidar as demais comunidades. “Convidamos muitos caçadores da região. Ganhava aquele que em curto período de tempo matasse a caça maior. Os caçadores saíam às quatro e meia da manhã, quando se soltava um foguete. Às seis horas, disparava-se outro rojão (*Ibid.* p. 78). Aí, todo mundo voltava para “casa e era conhecido o campeão. Fazia-se a festa, a homenagem ao vencedor e a premiação. Depois, todo mundo ia tratar as caças, temperar para comer sábado e domingo” (*Ibid.*). Além da gincana, Cantareira promovia outras atividades para se socializar com as demais comunidades. “Também se fazia um estudo da realidade do camponês. Manuel da Conceição, ao fim dos dois dias de estudos, encerrava o encontro com a sua palavra de esperança e encorajamento” (*Ibid.*).

2.2 Luta e Reforma Agrária em Buriticupu

Reunimos os companheiros do grupo de segurança. Foi decidido que eu deveria sair de casa por volta das seis horas tarde com toda a família e ir para a casa do companheiro Raimundo França, no povoado do Segundinho. A turma ia se entrincheirar em volta da minha casa e esperar os pistoleiros.

Mas, por volta das seis horas, quando eu estava botando as redes da criançada na Toyota para sairmos, vi dois homens em direção de onde eu estava. Apertei no contato luz alta do carro com o revólver na mão, deixando os faróis acesos e a porta da cabine aberta. Fiquei em dúvidas, pois podiam ser os companheiros que já vinham chegando. Eles vieram um de cada lado do carro e um foi dizendo:

- “Queremos que vá deixar minha mulher no hospital”.

O outro me viu no fundo do carro e foi logo atirando. Corri e entrei na casa do vizinho, em frente à minha casa. O quarto do casal dava direto para a porta da rua e, para sair para o quintal, tinha que dobrar e passar por uma porta lateral. Sabia, dobrei e fiquei

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

por trás da parede, junto à porta do quintal, esperando eles passarem para eu atirar neles.

Eles passaram direto para o quarto, reviraram tudo. Os donos da casa estavam jantando. Fizeram aquela zoada e saíram dizendo um para o outro que tinham acertado. Por trás da parede, na minha frente, entre mim e eles, havia uma cerca de arame. Dava para atirar neles, estava perto. Mas havia a mulher e os meninos todos do lado de fora, chorando. Corria o risco da bala acertar um menino. Eles desceram a ladeira, demoraram um tempo com a luz do carro piscando. Minha casa na época era na beira do caminho que ligava a BR 222 e o hoje cemitério velho (*Ibid.*, p. 97),

Foi nesse clima que ocorreu a reforma agrária no Maranhão, especialmente em Buriticupu. Foi na comunidade de Cantareira que foi elaborado o projeto camponês de reforma agrária para aquela região. “Elaboramos um projeto de Reforma Agrária para assentamento de cinco mil famílias e saímos de povoado em povoado” (*Ibid.*, 84).

Para entendermos como se formou os grandes latifúndios maranhenses é necessário recuarmos ao final dos anos sessenta e início dos setenta do século passado. Em 17 de julho de 1969, o governador José Sarney sancionou a Lei nº 2.969, batizada de “Lei Sarney de Terras”. Ela é a origem contemporânea da luta pela terra no Maranhão. A partir dessa lei, os outros governadores do estado trataram de desenvolver esse modelo de modernização agrária criado pela lei anterior, a qual era semelhante à legislação dos governos autoritários e programas de modernização conservadora da Amazônia.

A Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), assim que foi criada, em 06 de dezembro de 1971, passou a fazer a gestão de 1.700.000 hectares de terras pertencentes ao patrimônio público do estado. Essas terras eram vistas pela classe dirigente como solução aos problemas econômicos do Maranhão, os quais, dentro de uma visão econômica que privilegiou os empresários rurais e a grande propriedade, seriam sanados com a introdução de capitais privados na economia maranhense. Essa intenção fica ainda mais evidente quando se lê o discurso que governador Pedro Neiva de Santana fez para um grupo de investidores, em abril de 1973, no Rio de Janeiro, no Encontro de Integração Nacional:

O Governo cumpre a sua parte, ao criar a infra-estrutura mas, para que o desenvolvimento se faça realidade, necessário se faz que a iniciativa privada, brasileira e internacional, se una ao esforço maranhense na transformação em riquezas das potencialidades que a natureza oferece pródiga. É este Maranhão, onde a beleza do passado se soma à decisão de construir um grande futuro, que vem a este Seminário conclamar a iniciativa privada para o convívio com esforço dos brasileiros que lá no Meio-Norte-Nordeste verde e limiar da Amazônia – realizam o objetivo da Integração Nacional pelo desenvolvimento.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A história é a primeira a dar-nos testemunho de que é possível construir riqueza no Maranhão. **Durante os 50 anos que vão do último quartel do século XVIII à Independência, o Maranhão foi a quarta província econômica do Brasil. No começo do século XIX, São Luís tinha o dobro da população da cidade de São Paulo.** O algodão maranhense era disputado no mercado de Londres.

Fazemos este convite com certeza de que os maranhenses, Povo e Governo, solidários da visão de progresso, já estamos cumprindo nossa parte, em sete árduos anos, com a tenacidade de quem sabe fazer da consciência do subdesenvolvimento uma grande arma, criam-se com o apoio permanente do Governo Federal – as condições de estrutura econômica, social e administrativa que mudaram a face do estado e permitem assegurar que o Maranhão é hoje um bom investimento.

Nessa meia dúzia de anos: duplicou-se a matrícula no ensino primário; triplicou a matrícula do ensino médio (com a iniciativa pioneira no Brasil do ensino pela televisão); centuplicou-se a matrícula do ensino superior; ampliou-se de 5 para 40 o número de cidades com abastecimento de água, a rede rodoviária estadual aumentou cinco vezes e a quilometragem pavimentada elevou-se de zero para mais de 1.000 quilômetros; o número de cidades servidas por sistema industrial de energia elétrica passou de 1 para 82; a tonelagem de sementes distribuídas pelo Governo foi de 40 vezes multiplicada; as patrulhas moto mecanizadas de apoio à Agricultura têm hoje 20 vezes mais unidades do que há dois anos (Jornal do Dia, 11 de abr., 1973, p. 9, grifo nosso).

No final de sua fala, o governador Neiva Santana, tentando garantir a venda das terras maranhenses, se comportou como um verdadeiro corretor imobiliário.

Senhores Empresários:

Não nos falta decisão nem ao Maranhão potencialidade de riqueza. **Falta-nos o capital e a tecnologia e a iniciativa empresarial que são vosso patrimônio. As oportunidades maranhenses são, assim, um desafio à nossa decisão e à vossa capacidade.** Se as somarmos, iremos, sem dúvida, construir riqueza para vós, para o Estado, para o País; estaremos ajudando a construir um Brasil melhor porque menos desigual; estaremos produzindo harmonia social pela criação de oportunidades de trabalho em número crescente.

O Maranhão precisa de vossa opção pelos bons investimentos e vos convida para associação à grande empresa que já está construindo – o desenvolvimento. Quer fazer-vos conterrâneos de seu progresso. E o faz com o coração aberto e a certeza de que, brasileiros ou estrangeiros, ao vos associardes a nossa única xenofobia, a xenofobia do desenvolvimento.

Aceitar, pois, o chamamento que vos faço não à generosa ajuda a uma Região pobre, mas à participação num empreendimento de rentabilidade garantida, numa excepcional oportunidade para fazer um bom negócio (*Ibid.*, grifo nosso).

Esse governador não privilegiou o trabalhador rural, aquele que lavrava a terra de sol a sol e botava alimentos na mesa de todos os maranhenses, para modernizar o setor agrário do estado, ao invés disso escolheu o grande empresário rural, que foi continuamente cortejado e galanteado pelo governo maranhense. Aquele governador, de origem rural e formação urbana, da pequenina cidade maranhense de Nova Iorque, sabia muito bem de onde vinha o alimento

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

consumido por ele e por sua família, mas preferiu pôr outros sujeitos em primeiro plano, os poderosos homens de negócios.

O projeto de reforma agrária idealizado em Cantareira previa a desapropriação de 297.294 hectares e assentamento de cinco mil famílias. O projeto previa a ocupação das seguintes propriedades: Fazenda Cacique, 100 mil hectares; Fazenda Meira Lins, 73.672 hectares; Fazenda Terra Bela, 24.875 hectares; Fazenda Rio Bonito e Buriti/Capoema Agropastoril, 27 mil hectares; Fazenda Sanbra/Amazonas, 71.747 hectare. Outras fazendas foram englobadas depois. Assim, em 1º de maio de 1985, os trabalhadores daquela região deram o ultimado ao presidente da República, José Sarney. Segundo Vila Nova, “Para pressionar, marcamos três concentrações públicas no mesmo local para informar se o presidente teria feito alguma comunicação” (VILA NOVA., p. 86). Os dias foram: “25 de julho, Dia do Trabalhador Rural; 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida; e 25 de dezembro, Natal. No final fizemos uma passeata, erguendo nossas ferramentas de trabalho: foice, machado, facão, cutelo e enxada. Nossa palavra de ordem: Reforma Agrária Já!” (*Ibid.*).

Quanto mais o tempo foi passando, tanto a Comissão de Luta quanto os trabalhadores rurais foram ficando céticos quanto à resposta do presidente da República. Aí

Decidimos preparar o povo para as ocupações. Qual a estratégia a ser usada? Decidimos que o José do Mamede, um companheiro de discurso de tom forte e sempre muito esperado nas manifestações, ficaria para falar por último, e que, ao final de seu discurso, levantaria a hipótese que poderia chegar 25 de dezembro e Sarney não nos garantiu as terras. Assim foi feito, e quando José de Mamede falou, o povo gritou:
- “E se o Sarney não liberar as terras?”
- “Nós ocupa, nós ocupa, nós invade, nós ocupa, nós invade, nós invade!”
A resposta estava dada (*Ibid.*, p. 88).

O recado foi dado... A represália de fazendeiros e grileiros não tardou. Em 15 de dezembro de 1985, o dono da Fazenda Capoeima mandou assassinar dois trabalhadores rurais que estavam dentro daquela propriedade; dois dias depois, um mil trabalhadores ocuparam essa fazenda, de 27 mil hectares. A resistência camponesa de Buriticupu tinha começado. “Manuel da Conceição e o CENTRU entraram junto. A Igreja organizou a solidariedade com alimentos e remédios. O PT – autêntico na época – deu apoio. O povo continuou se mobilizando para conseguir as outras quatro fazendas” (*Ibid.*, p. 89).

Os latifundiários contra-atacaram. Divulgaram uma lista com quatorze nomes de trabalhadores e lideranças que seriam mortas. Vila Nova encabeçava a lista macabra. A

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

resistência camponesa não perdeu tempo, “lançamos a nossa lista com os nomes deles que deveriam morrer. Entre 1985 e 1992, 54 pessoas foram assassinadas naquela luta: 28 do lado dos fazendeiros e 26 do lado dos trabalhadores. Muitos administradores, funcionários e pistoleiros acabaram indo embora” (*Ibid.*). De acordo com Vila Nova, a resistência ocupou “36 latifúndios e assentamos 25 mil famílias. As dificuldades vieram depois. Falta de estradas e assistência governamental. O que continua até hoje. Os assentados, para viver, passaram a criar gado, mais fácil de vender do que a produção agrícola” (*Ibid.*).

As lideranças daquela resistência camponesa, não conseguiu repetir a experiência de vida coletiva que caracterizou Cantareira. A grande heterogeneidade de pensamentos e práticas sociais foi um grande obstáculo ao projeto piloto de Cantareira. “O sacrifício desses companheiros, durante quatro anos no meio da mata, foi decisivo para a luta. Sem eles, sem essa referência, a gente não teria se preparado para essa luta maior. Temos muito a agradecer aos companheiros Alexandre, Juvenal, Francisco Antônio Boro e suas famílias. Enfim a todos” (*Ibid.*, p. 90).

O grande problemas, como ocorre nesses casos, não foi a ocupação das fazendas, mas, sim, o processo de desapropriação, demarcação, assentamento e a autonomia dos trabalhadores rurais após a titulação da terra. Segundo o próprio Vila Nova, “Um dos nossos maiores adversários era o Estado, governo, deputados, juízes e promotor de Santa Luzia da época; a polícia, principalmente na pessoa do coronel Perdigão do comando do quartel de Pindaré; e do delegado de polícia, o sargento Silveira, da delegacia de Buriticupu” (*Ibid.*, p. 93). Como é de praxe nos conflitos de terra, o aparelho repressor do Estado fica do lado das elites, das classes abastadas. “Foram praticamente dois delegados durante quase todo o tempo: o famoso sargento Furrupa e o sargento Silveira” (*Ibid.*). Furrupa também conhecido como “Currupa, devido às constantes denúncias de corrupção que recaíam sobre ele.

“Na época, mataram um ex-gerente da fazenda Terra Bela, à luz do dia, no mercado de Santa Luzia. Um crime bárbaro que comoveu a cidade” (*Ibid.*). No velório do gerente assassinado, um dos delegados de polícia daquele município, que lá estava presente, insinuou que Vila Nova teria sido o mentor intelectual daquele crime e que, dessa vez, ele não escaparia. Vila Nova não foi preso e nada foi provado contra ele.

Em meio ao processo de consolidação da reforma agrária, Vila Nova foi eleito duas vezes consecutiva deputado estadual do Maranhão, em 1990 e 1994.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3 O “deputado do chapéu”

“Na década de 1990, quando me elegi deputado, uma onda de assassinatos de trabalhadores rurais nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins chamava a atenção do país. E eu era um deputado que a vida toda foi dedicada à luta pela terra, pela Reforma agrária. Um lavrador de chapéu” (*Ibid.*, p. 138).

Em meados da década anterior, diferentes segmentos conservadores da elite brasileira empreenderam ações violentas contra os segmentos democráticos e populares do país, visto como ameaça aos privilégios daquelas elites. Em 1985, é criada na cidade de Presidente Prudente (SP) a União Democrática Ruralista (UDR). No primeiro momento, a UDR teve caráter regional, porém, em 1986 durante um encontro de grandes lideranças rurais, realizado em Goiânia (GO), a UDR foi transformada em entidade nacional, com sede em Brasília. A partir daí, ela se concentrou principalmente na defesa dos direitos de propriedade, considerada por ela ameaçada pelas forças populares que defendiam a reforma agrária no Brasil, empreendendo, assim, violência ostensiva aos movimentos camponeses em todos os estados brasileiros. Com o Maranhão não foi exceção.

A posse de Vila Nova ocorreu em 1º de fevereiro de 1990. Após a posse, “começou o grande questionamento sobre qual seria o papel de um parlamentar que se elege com o propósito de educar as massas e que não acredita que os problemas que atingem a nossa sociedade possam ser resolvidos em um parlamento burguês” (*Ibid.*, p. 139). Assim, Vila Nova entrava em uma das instituições mais conservadoras do Maranhão, compreendendo muito bem qual o seu papel social e a quem ele estava subordinado. Os 6.800 votos que Vila Nova recebeu naquelas eleições, foram votos de militante, de intelectuais, de simpatizantes da luta dos segmentos populares. Para ele, “O povão simples não vota em político com as minhas características, pobre igual a eles. Só pobre que participa da luta vota em pobre” (*Ibid.*).

De tanto defender os sujeitos de baixo e a reforma agrária, em 25 de janeiro de 1991 recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos. A cerimônia ocorreu em São Luís. “A população percebeu que tinha eleito deputado diferente: lavrador, muito simples, pobre, sem orgulho, e que falava a linguagem popular. O que eles não sabiam era o que significava isso. Eles tinham eleito um deputado da classe trabalhadora que iria levar para a Assembleia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Legislativa a luta de classe existente na sociedade” (*Ibid.*). Aqueles deputados e deputadas, representantes dos segmentos dominantes da sociedade maranhense, olhavam Vila Nova com estranheza, como um sujeito deslocado, fora de seu lugar. Aquela estranheza conservadora, tendia só aumentar.

“Foi para isso que eu entrei naquele Parlamento, considerado sala de visitas da classe dominante, todo de tapete vermelho, mas eu, de chapéu de palha e paletó folha dos padrões da sociedade, com um nó de gravata torto. Queria que minha eleição fosse entendida como uma ocupação do território da classe dominante” (*Ibid.*, p. 141). Ele realmente acreditava no Partido dos Trabalhadores (PT), o seu primeiro partido, nos ideias que o movia, o sentimento de igualdade social presente naquela primeira década de sua fundação. “O nome Partido dos Trabalhadores me levou a acreditar nisso. Para mim, eram apenas duas siglas, o PT e o PP, o partido dos patrões. De um lado, os explorados; do outro, os exploradores; os que trabalham e produzem e os que usufruem do fruto dos que trabalham (*Ibid.*).

Em junho de 1991, o deputado Vagner Pessoa entrou com um projeto de Emenda ao Regimento Interno da ALEMA. Ele previa a proibição do uso de chapéu no Plenário da Assembleia. O projeto tramitou rápido, em duas semanas estava aprovado. O uso do chapéu estava proibido no Plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão. Em 15 de junho de 1991, o jornal conservador “O Estado do Maranhão” fez o seguinte comentário a respeito da aprovação do projeto do deputado Vagner Pessoa: “Aprovada a emenda ao regimento interno que proíbe o uso de chapéu em plenário”.

Entretanto, como diz o próprio Vila Nova, o tiro saiu pela culatra. Eu ainda acrescento: a história é imprevisível... Ninguém sabe com exatidão o desfecho dos processos sociais e históricos. “Essa foi uma das maiores polêmicas, até então, na história da Assembleia Legislativa do Maranhão. Aquilo tudo era para tirar a atenção da população da minha atuação como parlamentar classista, político diferente. E me fazer conhecido como o deputado do chapéu. O objetivo da emenda era a descaracterização da figura de um trabalhador rural no parlamento” (*Ibid.*).

A polêmica foi tão grande que as Tvs, Rádios e Jornais do Maranhão entraram na querela do chapéu de palha de Vila Nova. O caso foi parar até no “Jornal Nacional”, da Rede Globo. Segundo Vila Nova,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A imprensa *lavou a burra*. Mas, ao mesmo tempo, a minha popularidade cresceu bastante. Comecei a andar nas ruas com centenas de chapéus no banco traseiro do carro, porque, ao parar nos sinais de trânsito, as pessoas vinham pedir o chapéu que tinha na cabeça. Dava e botava o outro. No próximo sinal se repetia a cena.

A televisão e as emissoras de rádio enchiam a minha agenda para eu dar entrevista. Tornei-me o deputado mais conhecido do Maranhão durante os meus oito anos de mandato. **Fui batizado pelo povo como o deputado do chapéu.**

Aprovado e publicado o novo regimento, estava proibido o uso de acessórios no plenário da Assembleia Legislativa. Para muitos deputados, acessórios era só o chapéu do deputado Vila Nova, mas não era! Foi aí que no dia da primeira sessão depois de promulgada a lei, os deputados Juarez Medeiros Filho, José Costa, Benedito Coroba e Domingos Dutra montaram uma barreira na entrada do salão da Assembleia Legislativa, com um saco grande de papelão escrito com letra grande: “Coloque aqui seus acessórios”.

Chegou a deputada Maura Jorge, usando umas grandes argolas nas orelhas, que ela chamava de brincos. Se recusou a tirar as argolas. Não obedeceu. Não iria obedecer à nova lei aprovada por aquela Casa. **Eu, que estava na proximidade da entrada, entrei junto com a bonitona, com meu chapéu na cabeça.** A imprensa televisiva estava posicionada e gravou quem foi a primeira a desobedecer a lei.

Foi muito gostoso, uma espécie de teatro.

No dia seguinte, a população comemorou (*Ibid.*, p. 149).

Não deu outra. Na mesma semana, para acabar com aquela polêmica sem sentido, o deputado Sebastião Murad propôs nova Emenda para alterar o Regimento Interno da ALEMA. A Emenda foi aprovada por unanimidade. No dia 30 de junho, o jornal o Estado do Maranhão trouxe a seguinte manchete: “Chapéu liberado”.

4 Últimas palavras

A luta do “deputado do chapéu”, não acabou com a aprovação do projeto de lei do deputado Sebastião Murad. Ela continuou por mais sete anos...! O exercício do mandato parlamentar foi honrado de todas as formas, principalmente na defesa do homem do campo e da reforma agrária. Todas as causas dos direitos humanos encontraram em Vila Nova um defensor de primeira linha, para isso enfrentou a fúria assassina do latifúndio, do Estado, da polícia, de pistoleiros. Nunca se acovardou.

No final do segundo mandato de deputado estadual, preferiu outras arenas de luta e resistência. Para ele, “o parlamento é só uma trincheira de luta. Temos outras formas, talvez até mais eficazes” (*Ibid.*, p. 194). Essa luta é o grande legado desse sujeito que, como descendente de trabalhadores rurais, souber transformar suas condições adversas de sobrevivência e se transformar em uma das maiores lideranças camponesas do Maranhão.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ele próprio se classifica como “militante rapadura”. Talvez, não exista melhor definição, pois é, ao mesmo tempo, duro e doce, o que lembra a conhecida frase atribuída a Che Guevara: hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”. Vila Nova não perdeu a ternura, a alegria de viver, a capacidade de resistência, a esperança em mundo melhor... Ainda hoje, em Buriticupu, defende as causas populares e os direitos humanos.

Finalizo, com um dos seus cânticos mais conhecidos: “Bota Pra Brigar”.

Se correr o bicho pega/ Se ficar o bicho come/ Se o cabra morre de medo/ Prova que ele não é homem/Qual é o jeito, Zé?! É virar, é virar, é virar!/ É virar e botar para brigar! (Bis)/ Eu saí do Piauí, vim parar no Mearim/ Quando eu chegava lá/ O bicho vinha atrás de mim/ Do vale do Mearim, eu corri pro Pindaré/ Quando eu olhei pra trás/ O bicho vinha no meu pé/ Da região do Tocantins, fui parar no Araguaia/ Quando eu chegava lá/ O bicho tava na tocaia/ Não tenho mais para onde ir, todo lugar o bicho tá/ Não vou mais sair daqui/ Não vou caçar outro lugar!

A todos/todas as Lauras, Alexandres, Juvenals, Franciscos, Vilas..., muito obrigado!

Referências

VILA NOVA, Luiz. **Memórias da vida e da luta de um militante**. Rio de Janeiro: NPC, 2019.

ASSELIN, Victor. Grilagem: **Corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: **As artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARANHÃO. DOPS. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Documentos Expedidos, Caixa nº 10, 34 fls. Dossiê nº 138 – 34 fls.** [33 documentos], 1983. Quebra Quebra da Faisa. Romance de Idalina Alves Gomes. Arapari (Povoado), 08/08/1983, fls. 31-v, 32).

Jornal do Dia, 11 de abr., 1973.

O Estado do Maranhão, 15 de jun., 1991.

O Estado do Maranhão, 30 de jun., 1991.

CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

COSTA, Wagner Cabral da. Novo Tempo / Maranhão Novo: **Quais os tempos da Oligarquia?** In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). Os outros segredos do Maranhão. São Luís: Estação Gráfica, 2002.

COSTA, Wagner Cabral da. Sob o signo da morte: **O poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: EDUFMA, 2006.